



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA**

TAÍS RODRIGUES DA SILVA

**EDUCAÇÃO E GÊNERO: A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NO LIVRO
DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DA MODALIDADE EJA**

**Campina Grande – PB
2020**

TAÍS RODRIGUES DA SILVA

**EDUCAÇÃO E GÊNERO: A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NO LIVRO
DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DA MODALIDADE EJA**

Trabalho de conclusão de curso, na modalidade artigo, apresentado ao Curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Geografia

Área de concentração: Ensino de Geografia

Orientador: Prof^a. Dr^a. Josandra Araújo Barreto de Melo

**CAMPINA GRANDE-PB
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Tais Rodrigues da.

Educação e gênero [manuscrito] : a representação do feminino no livro didático de geografia da modalidade EJA / Tais Rodrigues da Silva. - 2020.

20 p. : il. colorido.
Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em

Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2020.

"Orientação : Profa. Dra. Josandra Araújo Barreto de Melo
, Coordenação do Curso de Geografia - CEDUC."

1. Livro didático. 2. Ensino de geografia. 3. Mulher.
4. Gênero. I. Título

21. ed. CDD 374

TAÍS RODRIGUES DA SILVA

Trabalho de conclusão de curso na modalidade artigo, apresentado ao Curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Geografia.

Área de concentração: Ensino de Geografia.

Aprovada em: 04/12/2020.

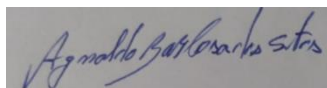
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Josandra Araújo Barreto de Melo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Joana d'Arc Araújo Ferreira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Agnaldo Barbosa dos Santos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2.1. Normatização legal e combate a violência contra a mulher no Brasil.....	8
2.2. Gênero e educação	9
2.3. Gênero enquanto tema transversal e ensino de Geografia.....	12
3. METODOLOGIA	13
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	19

RESUMO

A atualidade está composta por novas formas de organização socioespacial. Partindo dessa constatação, também verifica-se que a mulher exerce papel fundamental na construção dos espaços, embora isso não seja suficientemente reconhecido socialmente. Mediante o exposto, o objetivo central deste trabalho é identificar a presença do feminino representado no livro de Geografia utilizado em algumas escolas da zona oeste da cidade de Campina Grande- PB, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo em vista que os debates sobre gênero vêm tomando novos formatos no Brasil, sendo inclusive tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Embora tal documento seja vencido pela atual Base Nacional Comum Curricular, continuam necessários estudos que vislumbram analisar os livros didáticos, onde seja possível identificar a real importância da ciência geográfica para a formação de um pensamento crítico referente às questões de gênero, com destaque para a igualdade entre homens e mulheres. Esta é uma pesquisa de cunho exploratório, que se iniciou a partir da utilização do material didático em escolas da rede pública de ensino e teve fundamento após a leitura de renomados teóricos da Geografia. Estudar a ciência geográfica a partir das categorias: espaço e gênero se faz necessário para que as explicações discursivas em sala de aula tenham um viés crítico. Após analisar os conteúdos presentes no livro didático de Geografia foi possível compreender qual a importância da luta pelos direitos conquistados pelas mulheres e as causas que excluem o feminino dos livros didáticos, e também, como a Geografia, através da categoria espaço pode auxiliar, tornando-se veículo de construção da igualdade de gênero.

Palavras-chave: Geografia. Gênero. Feminino. Livro didático.

ABSTRACT

Today is composed of new forms of spatial organization, based on this assumption, it is noted that women play a fundamental role in the construction of spaces. Based on this observation, the main objective of this work is to identify the presence of the female represented in the Geography book used in some schools in the west of the city of Campina Grande-PB, in the Education of Youths and Adults (EJA), considering that the gender debates taking on new formats in Brazil, including a cross-cutting theme in the National Curriculum Parameters. Although this document is won by the current National Common Curricular Base, defined on studies that envisage analysis of textbooks, where it is possible to identify a real importance of science for the formation of a critical thinking regarding gender issues, with emphasis on equality between men and women. This is an explanatory research that begins with the use of didactic material in public schools and was founded after reading geography theorists. Studying the geographic science from the categories: space and gender is necessary for the discursive explanations in the classroom to have a critical bias. After analyzing the contents present in the Geography textbook, it was possible to understand the importance of the struggle for the rights won by women and the causes that exclude the feminine from textbooks, and also, as Geography, through the category can help, becoming vehicle for constructing gender equality.

Keywords: Geography. Genre. Feminine. Textbook.

1. INTRODUÇÃO

Os tipos de violência contra a mulher estão presentes na história da humanidade nos acontecimentos sociais, políticos e econômicos, disseminados na estrutura das sociedades patriarcais e justificados a partir de naturalizações biológicas referentes ao gênero masculino (CUNHA, 2014). Apesar dos avanços científicos e tecnológicos até o século atual, em determinados contextos a figura feminina ainda é representada como o “sexo frágil” de menor valor intelectual, com inclinação à submissão, condenada ao controle externo, assim necessitando de alguém para tomar decisões e orientá-la. Neste contexto, as mulheres encontram-se vulneráveis a todos os tipos de dominação, violências e agressões. A esse respeito (Cunha, 2014) menciona que:

A agressão, nesta perspectiva infundada se justificaria, portanto, como controle da irracionalidade feminina. Este discurso naturaliza a violência de gênero de forma tal que a desloca para todos os contextos históricos como fenômeno que sempre ocorreu e que sempre ocorrerá, ainda que em maior ou menor potencialidade. É preciso, assim, desconstruir esta naturalização e, para isso, compreender inicialmente o que se quer dizer com “violência contra a mulher” (Idem, p. 144).

Por ser a Geografia uma ciência e disciplina escolar que se preocupa com a análise da relação sociedade-natureza, materializada através do trabalho e da cultura, a constatação de que o gênero mulher é igualmente responsável por essa transformação do espaço, traz a essa ciência/disciplina escolar a incumbência de tratar a temática em sala de aula, na forma de gênero, em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (BRASIL, 1998), que dedicam parte de sua estruturação aos temas transversais, sendo a orientação sexual um desses temas.

Os temas transversais trazidos pelos PCNs não são conteúdos ou disciplinas específicas, mas abordagens que devem ser realizadas no âmbito de todas as disciplinas do currículo escolar. Nessa perspectiva, na Geografia, a questão de gênero está inserida no Tema Transversal “Orientação sexual” e deve ser dedicada exatamente a compreender o papel da mulher em sociedade, de forma a que os alunos sejam capazes de fazer frente a qualquer forma de discriminação ou violência contra a mulher. Esta deverá ser tratada de forma igual ao gênero masculino, inclusive tratando-se a igualdade de um dos princípios da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988).

Como em muitas escolas brasileiras os conteúdos trabalhados em sala de aula são definidos a partir do livro didático, surgiu o interesse na análise de como esse recurso trata o tema, sobretudo os livros dedicados a Educação de Jovens e Adultos, modalidade de ensino em que esta pesquisadora estava realizando as suas atividades pedagógicas. Em outras palavras, a presente pesquisa originou-se a partir da análise do livro didático, com o intuito de identificar a presença do enfoque de gênero nos conteúdos da disciplina de Geografia presentes nos livros da modalidade Educação de Jovens e Adultos.

Além de objetivar ressaltar a igualdade de direitos entre o gênero masculino e feminino em turmas de Educação de Jovens e Adultos - EJA, a análise buscou identificar como isso vem sendo tratado no livro didático “Geografia”, escrito por mulheres e direcionado a modalidade EJA, publicado pela editora Moderna, de forma a contribuir para mitigar a violência de gênero na sociedade brasileira, sobretudo sobre o gênero feminino.

O conteúdo deste artigo está estruturado em quatro sessões: na primeira, a fundamentação teórica é iniciada a partir de explicações referentes ao contexto histórico de violência contra a mulher, relatando as etapas da normatização legal e fazendo um breve relato sobre os movimentos feministas e suas conquistas.

Na segunda etapa apresentamos uma discussão teórica sobre a importância dos estudos de gênero no ensino de Geografia, utilizando como exemplo a redação do ENEM, aplicada durante o ano de 2015, o tema foi "A Persistência da Violência contra a Mulher na Sociedade Brasileira", onde os alunos obtiveram baixo desempenho no exame, pois não sabiam dissertar sobre gênero e, conseqüentemente, sobre violência contra a mulher.

Em seguida, o debate permeia os temas transversais que trazem discussões multidisciplinares relacionadas aos PCN's, podendo contribuir com o ensino e aprendizagem nas escolas. O último tópico de debate destina-se a discussão sobre a Geografia e o espaço escolar como um local capaz de auxiliar no desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos, a partir de intervenções pedagógicas na sala de aula.

A terceira sessão destina-se a explicação dos procedimentos utilizados para alcançar o objetivo geral da pesquisa, dissertando sobre o livro didático e a representação do gênero feminino, apresentando como os conteúdos estão expostos durante a seção de Geografia e explicado como ocorreu a análise. Na quarta sessão são representados os principais resultados da pesquisa através de uma observação e contextualização dos dados obtidos a partir do estudo da obra analisada, bem como uma reflexão e avaliação sobre a metodologia utilizada no trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Normatização legal e combate a violência contra a mulher no Brasil

Segundo informações do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, um dos marcos legais para tratar o combate à violência contra a mulher e eliminação de todas as formas de discriminação foi a criação, em 1979, pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher CEDAW, conhecida popularmente como a “Convenção da Mulher”. Em seu artigo 1º, a Convenção define “discriminação contra a mulher” como sendo:

(...) toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

Essa convenção foi ratificada no Brasil em 1984, sendo a CEDAW Brasil um marco no avanço da luta pelos direitos e defesa das mulheres. O comitê brasileiro tem como umas de suas funções examinar boletins periódicos emitidos pelos Estados e instaurar inquéritos de caráter confidencial.

Em seguida, na década de 1980, os movimentos feministas ficaram mais fortes no Brasil. A esse respeito, afirmam Moraes e Ribeiro (2012):

No Brasil, desde o período da abertura democrática nos anos 80, os movimentos feministas assumiram o protagonismo em mudanças que repercutiram de forma significativa nas lutas contra a chamada “violência de gênero”, atingindo as esferas governamentais, as legislações, as formas de representação de governos e a sociedade civil. A adesão de governos a esta vigorosa movimentação civil correspondeu à criação de conselhos, assessorias e coordenadorias, tanto em níveis locais quanto em nível nacional (Idem, p.39).

No ano de 1985, foi criada no Estado de São Paulo a primeira delegacia especializada em defesa da mulher, como uma forma do Estado buscar meios de intervir na violência contra as mulheres, a partir da criação de políticas públicas protetivas. Estava criado no Brasil o embrião que justificaria a criação na década de 2000, da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006). Acerca desta lei, Moraes e Ribeiro (2012) analisam:

A Lei Maria da Penha foi resultado, principalmente, da crítica feminista feita aos Juizados Especiais Criminais (JECRIMs) brasileiros, regulamentados a partir de 1995 através da Lei Federal 9.099. Os JECRIMs passaram a receber os casos de contravenção e aqueles considerados de “menor potencial ofensivo” (tipificados como ameaça, lesão corporal leve, entre outros). Dentre estes últimos, um grande número era oriundo de conflitos e de violências que envolviam homens que agrediram as mulheres nas relações conjugais (Idem, p. 40).

A partir da Lei Maria da Penha, começaram a se ampliar no território brasileiro as delegacias especializadas em tratar a violência contra a mulher, adotando medidas protetivas aos seus direitos. Tais delegacias são extremamente importantes, pois, muitas vezes, as vítimas se sentem constrangidas em relatar a violência sofrida para equipes compostas apenas por pessoas do sexo masculino, sentindo-se mais confortáveis em tratar diretamente com mulheres delegadas, nas sedes da DEAM (Delegacia Especializada de Violência à Mulher).

Verifica-se que houve um grande avanço no tratamento da violência histórica contra as mulheres, mas a questão é tão abrangente que requer intervenções constantes. Nesse sentido, em 2010 foi criada a “ONU Mulheres”, para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais, inclusive encorajando a maior participação das mulheres nas políticas.

2.2. Gênero e educação

O gênero, mesmo sendo um tema transversal que deverá perpassar as discussões de todas as disciplinas do currículo, na Geografia está tratado de forma superficial, estando presente quando se trabalha os conteúdos divisão social do trabalho, geopolítica, densidade demográfica, estrutura etária, movimentos sociais, lutas, conflitos e conquistas de direitos sistematizadas no espaço. Embora já seja um leque considerável de temas, muito ainda precisa se investir em formação de professores para tratar adequadamente essas temáticas em sala de aula, sobretudo porque não se trata de um conteúdo específico, mas de um tema que deve perpassar vários conteúdos.

Com vistas a garantir o tratamento dessa questão no currículo brasileiro, foi criado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, um importante projeto social criado pelo Governo federal Brasileiro no ano de 2005, sendo uma de suas prioridades fazer a revisão dos

currículos no ensino básico com a intenção “de intensificar e qualificar o tratamento da temática de gênero, raça, etnia e orientação sexual” (BRASIL, PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013).

Uma das metas do plano é “propor a inclusão das temáticas de gênero, raça, etnia e orientação sexual nos currículos”, bem como “selecionar os livros didáticos e paradidáticos da rede pública de ensino, garantindo o cumprimento adequado dos critérios de seleção referentes à não-discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual”; “implantar projeto-piloto de acompanhamento e avaliação permanente da qualidade da linguagem nos materiais didáticos e pedagógicos, garantindo conteúdo não discriminatório” (BRASIL, PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013).

Como forma de incluir a temática de gênero no contexto da educação, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2015, a temática gênero constituiu o tema da redação. O ENEM daquele ano teve um número de 8.478.096 inscritos. Segundo análise efetuada no portal de notícias G1, a temática proposta na redação não foi satisfatoriamente tratada por muitos estudantes brasileiros, refletindo a pouca ou nenhuma atenção a ele destinada na escolaridade básica dos estudantes:

O tema foi "A Persistência da Violência contra a Mulher na Sociedade Brasileira". Dos 5.631.606 textos corrigidos, 104 obtiveram nota mil. Outros 53.032 foram anulados e receberam nota zero. De acordo com o Inep, foram anuladas as redações que fugiram do tema, desrespeitaram os direitos humanos e escreveram em uma tipologia diferente da solicitada, dentre outras razões. (Disponível em: G1.com.br. Acesso em: 10. Set. 2020).

Dados estatísticos mostraram que poucos alunos atingiram notas significativas na dissertação do exame, que é necessário para o ingresso na maioria das Universidades brasileiras, o que nos faz refletir que a maioria dos discentes não consegue dissertar sobre o assunto e nem compreende a importância de falar sobre a igualdade de gênero e consequente violência contra as mulheres. Um dos trechos presentes na prova do ENEM foi trazido por Beauvoir (1967):

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro (BEAUVOIR apud BRASIL - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO, 2015).

O corpo como espaço em que o indivíduo se localiza e os identifica limites são mais ou menos permeáveis em relação aos outros corpos. A forma física, o volume e o tamanho do corpo resultam na ocupação de um espaço físico e o modo como o corpo se apresenta frente aos outros é lido e percebido pelos demais e varia conforme o local que ocupam em cada momento (McDOWEL *apud* SILVA, 2010).

Essa afirmativa demonstra que o corpo geralmente só é percebido de maneira biológica, lamentavelmente. Dessa forma, compreende-se que é um tema pouco debatido nas escolas brasileiras, pois, na maioria das vezes, os docentes não estão preparados para discutir ou trabalhar temas como etnia, gênero, violência contra a mulher. Isso é o oposto do que deveria ser uma formação mais integral e humanística, já que o corpo e a espacialidade do feminino são assuntos passíveis de grandes estudos e reflexões para que os discentes tornem-se construtores de valores e atitudes rumo a uma sociedade mais justa.

A respeito desse negligenciamento do tratamento da temática no currículo brasileiro, que reflete os valores de uma sociedade machista, em outros países a realidade já está mais evoluída, conforme colaciona Ornat (2008), quando trata especificamente do ensino de Geografia em países de língua anglosaxônica:

Nossa reflexão salientou que diferentemente do Brasil, onde a Geografia tem demonstrado pouco interesse nas possíveis relações entre espacialidade, gênero e sexualidade, a Geografia anglófona tem valorizado esta orientação, interesse demonstrado a partir dos inúmeros caminhos de reflexão e ação. Estes caminhos têm buscado compreender as questões metodológicas, referentes à identidade, cultura, espacialidade, mas também nas discussões sobre identidade, espaços do corpo e sexualidade (Idem, p. 321).

Silva (2010) também analisa a temática, percebendo a ausência do interesse no tratamento do tema nos currículos de Geografia, afirmando que:

As ausências da produção do saber e do poder tornaram-se focos de interesse e concebidas como contraditórias e complementares às presenças e expressões geográficas. A percepção da falta de grupos sociais ou temas que estão fora do discurso hegemônico da Geografia, não mais se justificava por sua a-espacialidade ou sua inadequação como objetos deste campo científico, mas pela hegemonia de determinada forma de conceber a produção do espaço, pretensamente universal e neutra, que abafava a voz dos grupos não-hegemônicos. Assim, as bases da construção do saber estavam sendo questionadas pelo movimento feminista, que se desenvolvia num franco engajamento político, lutando contra as desigualdades sociais e ao mesmo tempo fazendo frente ao conhecimento até então legitimado na história do pensamento geográfico. No entanto, o movimento é complexo, abrangendo variadas vertentes filosóficas e posturas político-ideológicas (Idem, p. 42).

Toda reflexão causa inquietações e constantes buscas pelo conhecimento, incentivando a mudança de postura em relação ao estágio inicial de tratamento do tema. Na próxima sessão, passaremos a analisar a temática de gênero enquanto tema que deve permear todo o currículo, atendo-nos às potencialidades do seu tratamento no ensino de Geografia.

2.3. Gênero enquanto tema transversal e ensino de Geografia

A proposta dos temas transversais é discutir assuntos inerentes a organização espacial, transformando conteúdos complexos em discussões didáticas, dando mais autonomia aos alunos durante a relação de ensino-aprendizagem, uma vez que tais assuntos poderão ser adaptados de acordo com a realidade de cada escola. Os temas debatidos na transversalidade dos PCNs dizem respeito a ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, trabalho e consumo (BRASIL, PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998). A respeito da potencialidade da Geografia de oportunizar as discussões promovidas pelos temas transversais, Ponstuschka (2007) afirma:

A Geografia, por estudar o espaço geográfico, composto de dimensões múltiplas e considerar as relações existentes entre sociedade e natureza, traz conhecimentos que podem contribuir para os temas transversais, tais como pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais [...]. (Idem, p. 132).

Nessa perspectiva, podemos destacar os aspectos referentes a violência contra a mulher, podendo ser trabalhada a partir de uma questão de gênero e conseqüente luta por direitos, contribuindo com a promoção da igualdade. Além disso, gênero pode ser tema de debates já que as intrínsecas relações que estão inseridas nas escolas de iniciativa, tanto pública quanto privada, são predominantemente patriarcais. Tal temática não deve ser evitada, pois um dos papéis da Geografia é tornar os alunos cidadãos críticos. Este eixo transversal não está suficientemente inserido na Base Nacional Comum Curricular, o que contribui para a disseminação de violência no âmbito escolar. Farias (2014) destaca que:

No ensino da Geografia, as representações das áreas desta ciência são de fundamental importância para a construção do raciocínio sobre o espaço geográfico. Assim, preparar o aluno para o domínio da linguagem própria dessa representação deve ser um dos objetivos dessa disciplina em todos os níveis de escolarização da Educação Básica. Nesse sentido, é de suma importância discutir os limites e as possibilidades da disciplina de Geografia em sala de aula, notadamente nos anos iniciais do Fundamental e final do

Ensino Médio, que são os “extremos” da educação básica (FARIAS, 2014, p. 58).

Os PCN’S que dissertam sobre temas relacionados as categorias de análise da Geografia solicitam que as escolas observem melhor a relação ensino e aprendizagem, considerando o caráter pedagógico que as disciplinas devem ter, com o intuito de ampliar os horizontes de percepção dos alunos, considerando características dos lugares que habitam em diferentes escalas de análise (nacional, regional, local) e diferenciação entre paisagens e peculiaridades de cada espaço geográfico (PONTUSCHKA, 2007, p.75). O ensino de Geografia deve proporcionar uma leitura espacial do que está em volta do aluno. Esta deve contemplar o desenvolvimento do raciocínio espacial, já que o seu objetivo é a construção da condição cidadã do aluno. Dessa forma, apresenta-se a citação de Belo e Ferreira (2012):

O trabalho pedagógico é, indiscutivelmente, necessário e importante à formação do cidadão. A Geografia, então, é uma disciplina que contribui com esta formação, pois traz em sua grande abrangência em relação às diferentes áreas do conhecimento o respaldo necessário à compreensão do homem enquanto sujeito ativo em um mundo extremamente dinâmico (Idem, p. 66).

Pelo exposto, fica clara a potencialidade da Geografia para a incorporação da temática de gênero articulada ao trabalho com vários conteúdos do currículo, muito embora isso não venha acontecendo de forma satisfatória, já que, muitas vezes, o professor baseia as suas aulas apenas no conteúdo trazido pelo livro didático e este, sobretudo voltado para a Educação de Jovens e Adultos, por vezes, se apresenta resumido, motivo pelo qual fez surgir o desejo de se efetivar a pesquisa em pauta.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como as questões de gênero são explanadas no livro didático de Geografia do EJA, editora Moderna. A coletânea em estudo é utilizada por grande parte das escolas públicas da Zona Oeste da cidade de Campina Grande-PB. A escolha do livro em questão tornou-se necessária, já que constitui o único material em disponibilidade para a maioria dos alunos das escolas públicas e está incluso na lista de obras presentes no Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos – PNLD/EJA.

A pesquisa é de cunho qualitativo e exploratório, uma vez que não vislumbra apenas a quantificação de dados a partir de uma análise positivista, mas considera a relevância dos debates que podem ser iniciados a partir de uma discussão crítica de gênero, utilizando o livro como instrumento didático-pedagógico. Desse modo, esta pesquisa se baseia em análises que buscam compreender qual é a importância dos conteúdos de gênero para a disciplina de Geografia.

A análise do livro foi embasada no corpo teórico que sustenta as discussões sobre o ensino de Geografia, particularizando as possibilidades de se trabalhar com temáticas transversais, com destaque para a questão de gênero quando se trabalha com os seguintes conteúdos: rural, urbano, divisão social do trabalho, densidade demográfica, Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, etc, levando em consideração que o livro didático é um material acessível aos alunos, tornando-se sua fonte de pesquisas mais próxima quando ele se ausenta da sala de aula, tomando como referência a cultura escolar ainda do século XX, quando as buscas na internet ainda não eram tão intensas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O livro didático escolhido para ser o objeto central da pesquisa é intitulado “EJA MODERNA: Educação de jovens e adultos”, publicado pela Editora Moderna, no ano de 2013, no Estado de São Paulo.

Essa coletânea está disponível em volume único e abarca o programa curricular das séries finais do ensino fundamental e está dividido em duas partes: a primeira, aborda temas relativos à industrialização e relações de trabalho, sendo complementada pela segunda parte, que trata de temas relacionados a Globalização e Meio ambiente.

O capítulo 2 “Relações de trabalho”, com início na página 223, apresenta imagens de mulheres trabalhando na indústria, além da representação da mulher como empregada doméstica. Não desmerecendo a sua importância, tais profissões são historicamente atribuídas às mulheres de classes menos favorecidas economicamente.

Através do texto é possível identificar que os autores já começam a chamar atenção para o fato de que os níveis de escolaridade femininos estão se ampliando no Brasil, mas esse fator ainda não é acompanhado de uma melhor remuneração, motivo pelo qual a obra traz a mulher desenvolvendo o ofício de empregada doméstica que, no contexto brasileiro, é mal remunerado e, nos dias atuais, vem se tornando mais escasso, em virtude da queda na renda

das famílias de classe média. As Figuras 1 e 2 apresentam imagem e trecho do livro que comprovam a análise realizada.

Figuras 1 e 2: Representação feminina no livro didático e fragmento do texto.



UNIDADE 1 – Trabalho

4 A mulher no mercado de trabalho

No Brasil, a cada ano, tem ocorrido maior participação feminina no mercado de trabalho. Entre as razões que explicam tal fenômeno, além da mudança de padrões culturais, destacam-se fatores como o aumento da escolaridade e a diminuição do número de filhos.

No entanto, mesmo com esse crescimento, as mulheres ainda enfrentam uma série de dificuldades no mercado de trabalho, como a dificuldade de acesso a diferentes setores e a desigualdade nos rendimentos médios quando comparados aos homens.

Fonte: EJA MODERNA (2013, pgs. 228-229).

A figura associada ao texto é um gráfico (Figura 3), que compara os rendimentos por gênero, deixando claro que o homem é melhor remunerado em atividades desenvolvidas de forma semelhante a das mulheres.

Mesmo conseguindo fazer essas análises, o texto ainda é passível de outro questionamento: se houve aumento no nível de escolaridade das mulheres, porque elas não estão representadas como pessoas que tiveram acesso ao ensino superior? Em nenhum

momento vemos imagens de mulheres nas universidades ou como profissionais capazes de exercer papéis antes atribuídos apenas aos homens.

Figura 3: Gráfico referente ao rendimento médio de homens e mulheres.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento,

Fonte: EJA MODERNA (2013, p. 229).

Ao longo do texto, o capítulo em análise descreve como ocorre a divisão do trabalho no Brasil de acordo com gênero, evidenciando uma maior participação feminina no mercado de trabalho, mas relata o fato de que em cargos de liderança a desigualdade é recorrente, o que demonstra que as más condições do trabalho no Brasil, bem como os preconceitos, estão associadas não apenas a naturalização cultural, mas também inerente a realidade do país.

As duas escritoras dissertam sobre movimentos feministas e a inserção feminina no mercado de trabalho de uma maneira sucinta, sem trazer grandes reflexões para os alunos entenderem como ocorre a desigualdade de gênero. Dessa forma, não analisam de forma contundente o tema, não instigando os alunos a pensarem de forma crítica, já que estes, na maioria das vezes, não sabem sequer fomentar um debate ou escrever sobre gênero.

Na sequência do livro, o que mais chama a atenção é um texto complementar, que fala sobre as relações das instituições sociais, onde é descrito que existem novos modelos de família e, mais uma vez, a imagem não auxilia na compreensão do assunto, já que está representada uma família no ano de 1918, completamente desconexa com o contexto atual, sem exemplificar os novos papéis da mulher na sociedade (Figura 4).

Figura 4: Imagem associada ao texto complementar.



Fonte: EJA MODERNA (2013, p. 234).

O material mostra a figura feminina integrada às atividades domésticas e nas funções fabris. Nesse sentido, o cunho mercadológico do livro didático, muitas vezes, se sobrepõe à proposta pedagógica que ele apresenta, onde questões de extrema relevância são citadas de maneira superficial, a exemplo das desigualdades sociais, de classe, de raça e gênero.

É apenas no capítulo 3 “Vivendo em um mundo globalizado”, correspondente a segunda parte do conteúdo de Geografia, que podemos observar a figura feminina não relacionada a trabalhos informais: fica em destaque a imagem da então presidente Dilma Rousseff, no conteúdo que diz respeito aos direitos humanos (Figura 5).

Figura 5: Ex-presidente Dilma Rousseff durante Comissão de Direitos Humanos.



244

Fonte: EJA MODERNA (2013, p. 244).

Trazendo uma reflexão crítica ao texto, a imagem da primeira mulher Presidente do Brasil poderia estar diretamente relacionada ao capítulo anterior do livro, onde o texto se referia ao aumento de escolaridade, utilizando de sua trajetória como exemplo de superação a desigualdade de gênero, como também representatividade feminina na política brasileira.

Assim, para se combater uma escrita excludente e estereotipada da figura feminina e do lugar da mulher no que diz respeito a organização espacial que muitas vezes o livro didático reforça, mesmo que sutilmente, é necessário fazer análises críticas a partir da perspectiva de gênero, transformando as escolas em espaços de educação igualitária, que vislumbra a superação de preconceitos contra a mulher, uma vez que o papel dessa instituição deve ser o de contribuir com a formação dos indivíduos para a vida em sociedade, acompanhando as suas transformações, de maneira que eles não se tornem reprodutores de discriminação, e sim, se tornem semeadores de uma visão humanista com as futuras gerações de mulheres.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos a partir deste estudo que os conteúdos relacionados à Geografia e gênero são apresentados de maneira superficial e em poucas imagens do livro, além dos assuntos relacionados ao feminino não serem abordados por um viés crítico que permitisse aos alunos entenderem o papel da mulher na organização espacial, não de forma supérflua, exercido via de regra onde é reforçada uma supremacia do homem sobre a mulher, como quer nos fazer crer a abordagem da dominação patriarcal, senão de forma dinâmica e relacional, executada, tanto por homens como por mulheres ainda que de forma desigual.

Percebemos que o livro didático ao se caracterizar como produto de cunho mercadológico pode subjugar as conquistas dos movimentos de igualdade de gênero ao longo da história, de maneira que não vislumbra representar a ascensão das mulheres no mercado de trabalho, além do seu acesso ao ensino superior. Os conteúdos representados podem estar fortalecendo ideias de segregação social, além de desvalorização da mulher.

Por fim, mas sem a pretensão de esgotamento do tema, ressaltamos que os estudos sobre gênero precisam evoluir para que tenhamos importantes contribuições empíricas e teóricas sobre a visibilidade e a compreensão sobre a importância da mulher na sociedade. As pesquisas sobre o livro didático têm-nos revelado que a representação do feminino de maneira sucinta é um sério problema na sociedade brasileira, merecendo a atenção não apenas da

Sociologia, como também de outras ciências, como a Geografia. Logo nota-se a importância do docente como um mediador capaz de analisar e debater as questões de gênero no espaço escolar, para que os alunos compreendam que, nem sempre, a representação do livro didático será a sua realidade, auxiliando na formação cidadã e humanizada dos discentes.

REFERÊNCIAS

BELO, E. M; FERREIRA, G. H. C. A importância da geografia em sala de aula: o desafio de um ensino capaz de formar o cidadão. **Linguagem Acadêmica**, Batatais, v. 2, n. 2, p. 65-82, jul./dez. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Exame Nacional do Ensino Médio**. Prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2015.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 20 ago 2020.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Ministério de Educação e Cultura/Secretaria de Educação Fundamental, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013, 114 p.

CUNHA, M. B. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado**: perspectivas de combate à violência de gênero. Artigo Classificado em 7º lugar na XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR, 2014. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>. Acesso em: 12 ago 2020.

FARIAS, P. S. C. A formação do Professor de Geografia para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental. In: FARIAS, P. S. C.; OLIVEIRA, M. M de (orgs.). **A Formação Docente em Geografia: teorias e práticas**. P. 57- 06. Campina Grande: EDUFPG, 2014.

G1. **Enem traz violência contra mulher na redação; veja análise de professores**. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/enem-2015-traz-violencia-contra-mulher-no-brasil-no-tema-da-redacao.html>. Acesso em: 23 ago. 2020.

MORAES, A. F.; RIBEIRO, L. As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a “responsabilização” dos “homens autores de violência”. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, n. 11, p. 37/58, 2012.

OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DE GÊNERO. **O Comitê CEDAW – Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/instancias-regionais/o-comite-cedaw-2013-comite-para-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacao-contra-a-mulher>. Acesso em: 22 jun. 2020.

OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DE GÊNERO. **Principais Documentos Internacionais para a Promoção dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Gênero**. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ONU MULHERES. **Sobre a ONU Mulheres Brasil e Cone Sul**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/>. Acesso em: 19 dez. 2019.

ONU MULHERES. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**, 1979. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf. Acesso em: 19 dez. 2019.

ORNAT, Marcio Jose. **Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista** Space and gender, sexuality and feminist geography. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/viewFile/1182/894>. Acesso em: 14/11/2019.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANNELLI, T. I. CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANNELLI, Tomoko Lyda; CACETE, Núria Hanglei. **A formação docente e o ensino superior**. Para ensinar e aprender Geografia. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009, p.132

SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. **Espaço e Cultura: UERJ**. n 27, p. 39 -57, Jan./Jun. 2010.